

## NA AGB DE LUTA, O FALA É NOSSO: MANIFESTO PELA IMEDIATA REVOGAÇÃO DA CONTRA-REFORMA DO ENSINO MEDIO, BNCC E BNC-FORMAÇÃO<sup>1</sup>

Manoel Fernandes de Sousa Neto<sup>2</sup>

Um conhecido poema, atribuído a Maiakóvsky, fala do roubo inicial de uma flor do jardim, para depois descrever que diante do silêncio, se estabelece uma sequência de roubos, até que aqueles/as que eram donas/os de flores e jardins, sejam roubado da sua própria voz<sup>3</sup>.

A metáfora serve para nos lembrar o que tem sido a degradação do trabalho docente, nomeadamente na Educação Básica, onde se tem retirado de maneira recorrente a autonomia das/dos professores mediante uma série de políticas que passam por prescrições curriculares perversas e diversas, instituição de lógicas avaliativas destinados a estabelecer desde efetivo controle das atividades letivas à diferenciações salariais expressas em perspectivas empresariais de cumprimento de metas, à tentativa de criminalização do pensamento crítico com movimentos como o *Escola Sem Partido* e o esvaziamento no percurso formativo dos jovens de disciplinas e conteúdos vinculados às ciências básicas, humanidades, artes e filosofia.

As contra-reformas de caráter neoliberal e neoconservador não começaram ontem, semana passada ou nesta década. As contra-reformas vem sendo esboçadas e aplicadas desde os últimos decênios do século passado e atendem um receituário que está profundamente vinculado à lógica de mercantilização da educação, à financeirização dos negócios educacionais e, *pari passu*, à formação de uma massa de trabalhadores e trabalhadoras hiperprecarizados, sem direitos, vínculos formais ou proteção de qualquer natureza, submetidos à inculcação ideológica de que são empreendedores e logo, não vendem sua força de trabalho e sim administram uma empresa onde são patrões de si mesmos. O sucesso ou o fracasso dependem de ter um projeto de vida que foi bem planejado e executado<sup>4</sup>.

<sup>1</sup>Texto lido na mesa de abertura do X Fala Professor, no dia 17 de Julho de 2023, em Fortaleza.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Email: [manoelfernandes@usp.br](mailto:manoelfernandes@usp.br)

<sup>3</sup> "Na primeira noite eles se aproximam e roubam uma flor do nosso jardim. E não dizemos nada. Na segunda noite, já não se escondem: pisam as flores, matam nosso cão, e não dizemos nada. Até que um dia, o mais frágil deles entra sozinho em nossa casa, rouba-nos a luz, e, conhecendo nosso medo, arranca-nos a voz da garganta. E já não podemos dizer nada", excerto de poema de Eduardo Alves Costa, "*No Caminho, com Maiakóvsky*", vir: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2009200304.htm> (acesso em 12 de Setembro de 2023)

<sup>4</sup> "Neste artigo, levantarei questões sobre os esforços atuais na abordagem da "reforma" educacional em andamento em várias nações. Atualizo e amplio os argumentos inspirados em Gramsci que defendi referentes ao crescente poder do bom-senso direitista no Educating in the "right" Way [Educar da maneira "direitista"] (Apple, 2006). No processo, uso pesquisas e argumentos baseados na(s) experiência(s) da Inglaterra, dos Estados Unidos, da Nova Zelândia e da Escandinávia a fim de documentar alguns dos efeitos diferenciais ocultos de duas estratégias ligadas – propostas inspiradas no liberalismo de mercado com sua ênfase no que denominarei "democracia magra", baseada na escolha do consumidor individual, ao invés de "democracia espessa", com base na participação coletiva plena; e propostas de regulamentação inspiradas no neoliberalismo e no neoconservadorismo da classe média gerencial, que prescrevem o poder de "culturas de auditoria." (APPLE, 2015, p. 608)

A literatura que trata das relações entre currículo e formação da força de trabalho são extensas e apontam em sua maioria para inextrincável relação existente entre o que se deve aprender na escola e a ocupação laboral que se irá desempenhar na vida adulta. (GOODSON, 1995; BOURDIEU e PASSERON, 1982)

Ao termos um currículo que elimina disciplinas que se conformaram como um campo crítico, reflexivo, criativo e interpretativo do mundo vivido, fundados em uma certa concepção de humanidade em que a base era um certo direito universal e em que o Estado deveria garantir igualdade de condições para acesso ao mínimo necessário, o que temos agora é a venda da ideia de um salve-se quem puder e onde palavras como solidariedade, garantias básicas relativas à educação, saúde, alimentação e trabalho digno, não podem mais existir.

A realização de um projeto medonho como este tem sido levado a cabo por fundações e institutos como Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna, Instituto Unibanco e Fundação Itaú Social, para citar apenas algumas Fundações e Institutos que tem se apropriado da escola pública, desde a transformação do currículo em dinheiro, como um campo que deve ser explorado a partir do desmantelamento da autonomia docente com a transformação de professoras e professores em meros tutores, agora agenciados por ferramentas expressas em pedagogias ativas, baseadas em competências e em uma lógica de mercado.

Apenas para se ter uma ideia dos fundos que são mobilizados e objeto da cobiça do empresariamento privado da educação pública, basta dizer que somente o FUNDEB movimenta o equivalente a 140 bilhões de reais por ano. (<https://www.extraclasse.org.br/opiniaio/2019/09/quais-sao-os-interesses-das-fundacoes-e-institutos-empresariais-com-a-bncc-e-o-novo-ensino-medio/>).

A urdidura da maldade não caiu dos céus como uma bomba, mas reside em uma espécie de campo minado que vem sendo semeado desde o Consenso de Washington e a Conferência Educação para Todos, ocorridos respectivamente nos anos de 1989 e 1990. E a partir de instituições que representam grandes corporações financeiras como OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e Banco Mundial (BM). (LAVAL, 2019)

Por trás de todo o processo de modernização capitalista é sempre necessário estabelecer lógicas de standardização, uniformização e padronização que possibilitem usar uma mesma régua para o mesmo universal de valor. A metrificação, neste caso, passou pela constituição de um sistema de avaliação mundial, baseado na criação de rankings em todos os níveis e etapas de formação, mas de maneira extremamente perversa para os mais pobres, mais vulneráveis e mais excluídos, com a cínica ideologia de incluir a todos em todos os lugares do mundo e de igual maneira.

A métrica foi estabelecida pelos sistemas de avaliação, a começar pelo PISA (Programme for International Student Assessment/Programa Internacional de Avaliação de Alunos/ Estudantes), que criado pela OCDE, desde o ano de 2000 compara a cada três anos o desempenho de estudantes de cerca de 79 (setenta e nove) países que estão na faixa dos 15 anos de idades. (<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa>).

A realização do PISA estabeleceu processos de avaliação a jusante e a montante dos níveis de ensino básico, com parâmetros de caráter global e que se esparramaram pelos países participantes e, no caso do Brasil que está desde o princípio inserido, por todos os estados da Federação. A aderência ao PISA, reflete-se na inserção de prescrições curriculares como as que agora vemos nas BNCC e no Novo Ensino Médio e em pedagogias como as da competência e vinculadas à lógica da eficiência, da produtividade, das metas alcançadas e da objetividade (pseudo objetividade) dos resultados expressos em números que dançam ao ritmo dos algoritmos.

Os desdobramentos desse processo de uniformização passam por propor que crianças do Gabão à Austrália, da China ao Brasil, da Suécia à Indonésia realizarão o mesmo percurso formativo e avaliativo, como se suas línguas, saberes, culturas, traduções do mundo, fossem exatamente as mesmas; como se fossem as mesmas as matemáticas, as biológicas, as formas de olhar as estrelas, de realizar poesia e de pensar o espaço geográfico ou de narrar as histórias que conformam o mundo em que agora vivemos.

Apenas para pensar a diversidade de saberes e culturas no Brasil já seria um disparate completo propor uma BNCC e Novo Ensino Médio a partir de uma lógica prescritiva como aquela que está sendo imposta por estas políticas corporativas do mercado financeiro global. Segundo dados oficiais do governo brasileiro há cerca de 305 diferentes povos indígenas, falantes de mais de 275 línguas, com seus territórios distribuídos por diferentes latitudes e longitudes do País.

É não sem razão que a OCDE é vista como uma espécie de Ministério da Educação de caráter global, uma agência reguladora e profundamente vinculada à lógica de criação de estilos de vida, hoje expressas nas formas como nos alimentamos com comidas multiprocessadas, pedidas por aplicativos e entregues por trabalhadoras e trabalhadores superexplorados.

É evidente que isso não pode ocorrer sem um conjunto de alianças políticas, por meio de associações e fóruns que reúnem empresários, financistas, políticos, administradores públicos e acadêmicos colonizados e vendidos. Não sem acaso, sob o manto de um belo discurso de redução de desigualdades e vulnerabilidades, se unem todos os fios que amarram a educação como mercadoria negociada na bolsa de valores.

É preciso dizer em alto e bom que a maioria das políticas educacionais pautadas por prefeitos e prefeitas, dirigentes municipais no Brasil, estão organizados em torno de associações como é o caso da UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Nacionais de Educação), associada de primeira hora às parcerias públicos-privadas e defensoras do empresariamento da educação pública em todos os seus níveis, esferas e escalas.

O significado de tudo isso é muito funesto. Em nível mundial temos organizações como OCDE e Banco Mundial ditando os currículos para todo mundo; em nível nacional os Governos em todas as escalas aplicando políticas derivadas do PISA a partir de diversas outras provas como SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica); em nível de parlamento a ação de lobbys vinculados à fundações e institutos privados voltados para se apropriar de fundos públicos com vistas a formar trabalhadores hiperprecarizados e no âmbito acadêmico colegas que não veem nenhum problema em colaborar com essa imensa barbárie, pondo sua impressão digital acadêmica em propostas que visam formar cidadãos uberizados e ifoodzados. (SILVA, GOMES e MOTA, 2020)

A questão parece ser quais são nossas tarefas neste momento histórico e o que afinal podemos fazer.

Em princípio, creio ser necessário multiplicar ações como aquelas que resultaram no Manifesto: críticas às reformas neoliberais da Educação, levado a cabo pela ANPEGE (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia) com a participação de diversos colegas de todo País, a exemplo de Adailza Martins, William Simões, Ângela Katuta, Amélia Regina Nogueira e Eduardo Giroto, para citar apenas algumas e alguns, autoras e autores. (ALBUQUERQUE et Al, 2021)

O Manifesto faz uma leitura que nos situa quanto aos perigos dessa relação inextricável e bisonha de certas epistemologias geográficas do ensino voltadas para pedagogias das competências embasadas em métodos construtivistas que visam formar indivíduos empreendedores, neoliberais e adaptados a uma vida uberizada. Ao mesmo tempo que explicita o caráter é empresarial, corporativo e neoliberal da BNCC, BNC-Formação e da Contra-Reforma do Ensino Médio.

Iniciativas que explicitem, em todos os suportes possíveis como livros, podcasts, redes sociais, documentários, cursos, oficinas quais são os riscos e o necessários embates que necessitamos fazer desde a compreensão desses cenários e de suas diversas dimensões econômicas, políticas, teóricas e epistemológicas, tornam-se fundamentais.

Depois penso que precisamos construir alianças entre trabalhadores da educação em defesa da escola pública com diversos outros movimentos sociais organizados em defesa da revogação da BNCC, da BNC-Formação e da Contra Reforma do Ensino Médio, para que possamos levar a cabo propostas outras, necessárias e indispensáveis de BNCC, BNC-Formação e Ensino Médio,

amplamente democráticas e representativas da diversidade de possibilidades existentes no Brasil, com a garantia de direitos das diversas etnias existentes, de trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade.

Ações dessa envergadura passam pelo necessário fortalecimento das nossas entidades representativas, a exemplo da AGB, que precisa ser amplamente respaldada politicamente por todas e todos nós. O fortalecimento da AGB e de eventos como o Fala Professor! Passa por uma adesão em massa de docentes de geografia da educação básica, pois apenas para terem uma ideia, são mais de 150 mil professoras de geografia no Brasil, espalhadas/os pelos quatro cantos do território, atuando em diversas realidades sociais e com imensa inserção em diversos lugares. Professores e professoras de educação do campo, educação indígena, educação quilombola, escolas públicas das periferias das grandes cidades, escolas ribeirinhas. É preciso que a AGB ofereça um conjunto de possibilidades de ação, formação, organização e luta junto a estas e estes professores.

Além das diversas iniciativas já existente e levadas a cabo por sindicatos, associações de professores, fóruns, sociedades científicas que se colocam resistentes e contrários ao modo como foi conduzido o processo de pseudo-diálogo, a imposição da prescrição curricular e às políticas educacionais, bem como aos resultados nefastos que nos trará este conjuntos de contra-reformas plasmadas na BNCC e no Novo Ensino Médio, propomos que se conforme uma ampla frente de entidades e representações onde a AGB possa ocupar importante lugar e cremos que isso deveria resultar em parte deste X Fala Professor. Deveria resultar de uma Carta de Fortaleza, um manifesto ao qual pudessem se juntar diferentes geógrafas e geógrafos, educadores e educadoras de todo País, contra este conjunto de políticas e currículos neoliberais.

O Fala Professor é Nosso! A luta é coletiva!

Por outra BNCC e BNC-Formação! Pela imediata revogação do Novo Ensino Médio! Abaixo as contra-reformas neoconservadoras e neoliberais!

## Referências

ALBUQUERQUE et al. (2021) **Manifesto: Crítica às reformas neoliberais na Educação prólogo do Ensino de Geografia**. Marília, Lutas Anticapital.

APPLE, Michael W. (2015). Produzindo Diferença: neoliberalismo, neoconservadorismo e a política da reforma educacional. **Linhas Críticas**, DF, p. 606-644. Set/Dez. (<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4684/4275>)

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. (1982). **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

GOODSON, Ivor F. (1995) **Currículo: teoria e história**. Petrópolis: Vozes.

LAVAL, Christian (2019). **A Escola Não É Uma Empresa**. Trad. Mariana Echalar. 2ed. São Paulo, Boitempo.

Silva, A. M. da, Gomes, T. A. M. de M., & Motta, V. C. da. (2020). Formas e tendências de precarização do trabalho docente e os influxos do empresariamento na educação. **Cadernos De Educação**, (63). <https://doi.org/10.15210/caduc.v0i63.17406>